



A AURORA



REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua do Laranjal, 60-3.º—PORTO

REDACTOR PRINCIPAL—Antonio Alves Pereira

SUCURSAL EM LISBOA
Rua do Arco da Graça, 4-2.º

Propriedade do Grupo (Aurora Social)

EDITOR—Márcio Barbosa

Condições d'Assinatura (Pagamento adiantado)
Um mez 205 (50 reis); Semestre 330 (300 reis); Um ano 360. (600 reis)
Para fora do país acresce o importe do selo.

Numero avulso 301 (10 reis)
Comp. e Imp. na Tipografia Peninsular

Rua dos Mercadores, 171—PORTO—Telefone, 73

Os revolucionários ante a guerra

Entre os revolucionários sociais, formaram-se duas correntes relativas á attitude a tomar ante a confgração europeia. Uns, considerando o imperialismo germânico com a mais forte ameaça para a causa da revolução social, entendem que os revolucionários devem moral e materialmente contribuir para o esmagamento desse imperialismo, aceitando embora a luta no terreno em que está travada. Os outros mantem a sua opposição á guerra, vendo na actual o resultado do Capitalismo e dos imperialismos vários, e acham que aceitar a luta no terreno estatal é colaborar no fortalecimento da burguesia e do Estado.

Na Itália, esta questão provocou a demissão e substituição da Comissão Central da União Sindical, vencida no Conselho Geral reunido em Parma em meados de setembro. A velha comitê defensiva, na moção de Ambris, a necessitava de testemunhar a simpatia colectiva do proletariado organizado para com as forças adversas ao imperialismo teutónico e de ir até ao auxilio material, se tanto for preciso. A nova comissão, de que Borghi é a figura culminante, incita o proletário a conservar a solidiedade e a energia indispensáveis para tirar proveito de todas as oportunidades que possam apresentar-se.

Há em tudo isto duas verdades, que porem contradizem-se.

O Capitalismo, que hoje não vive de simples exploração directa do trabalho obreiro, mas sobretudo da especulação commercial e financeira, da exportação de productos e da conquista de mercados, assume a sua mais alta expressão no imperialismo—o Estado imenso e fortemente armado, militarista e agressivo; e sem dúvida a Alemanha realizou, depois de 1870, essa forma de Estado nas maiores proporções conhecidas. Se a vitória lhe sorrisse novamente, o seu poderio cresceria ainda, muito provavelmente, avigorar-se-ia o musculoso e bem armado gendarme anti-socialista, tanto mais que não teria no espirito legalista, passivo e militarizado do povo alemão um freio sufficiente; ao passo que, se triunfar o Triplo Entendimento, a vitória repartir-se há por países menos homogêneos, incapazes de constituir, cada um de per si, um perigo prepotente, tanto mais que terá o contrapêso de maior resistência popular, de mais fortes tradições revolucionárias.

Por outro lado, é evidente que esta guerra é fruto do Capitalismo—dos diversos imperialismos mais ou menos poderosos, das diversas castas e partidos militares, dos diversos interesses alimentados com as guerras e a paz armada, dos antagonismos industriais e financeiros. É manifesto que nenhum Estado combate sinceramente pela «liberdade», pela «civilização», pelo «progresso», apesar das grosseiras mentiras agora vulgarizadas: todos pugnam pelo seu próprio engrandecimento e pelo engrandecimento do seu capitalismo. E parece ainda provado que o apoio dado pelos revolucionários á guerra e a qualquer Estado, sob o pretexto de combater um imperialismo, redundaria em prejuizo dos mesmos revolucionários, arrastados no corrente, absorvidos pelo inimigo; desfaria a sua obra e a sua propaganda; afastaria as boas oportunidades e anularia de antemão os beneficios que delas se podem esperar.

«Vós—escreve Armando Borghi, dirigindo-se á minoria vencida em Parma,—favoreceis a corrente que dará ao governo o gosto de nos presentear com a guerra, lançando para cima de nós a responsabilidade dela. Se a guerra sair bem, será para elle um negociarrão; se sair mal, para elle será um bom negócio, pois os subversivos serão cúmplices do governo e em todo o caso já não poderão fazer antimilitarismo nem lutar contra as despesas militares.»

Em vão De Ambris e seus amigos repetem que não apela para o Governo, mas para a acção independente do proletariado, —no que aliás, não são seguidos por muitos dos seus partidários, que não vaciam em reclamar a intervenção official da Itália,—com o seu exercito de soldados á força, em cuja pele os guerrilhas pretendem talhar heróis. Em vão—porque, como lhes fiz-ram notar, eles semeiam para que o governo colha; e o governo colherá porventura até contra as intenções dos semeadores, isto é: aproveitarão o ambiente formado e voltando-o com hábéis manobras em favor dos impérios centrais.

A contradicção existe porque, antes de se repelir o imperialismo germânico, não se iniciou em casa a revolução social, como se fez em 1789 e como Bakunine queria que se fizesse em 1870.

Agora é preciso fazer uma escolha difficil; mas parece ainda que a melhor attitude é a que foi ditada em Parma. Não percam os revolucionários de vista os seus fins especificos e continguem a dedicar-lhes todos os seus esforços. A espreita de todos os ensejos favoráveis.

Tanto mais que uma attitude baseada sobre os resultados prováveis da vitória—debe o daquelle assenta demasiadamente sobre hipóteses incertas. A guerra é que é o grande mal, seja qual for o desfecho militar; em todos os países ela pesará sobre o proletariado, em todos será fatora de reacção militarista, clerical, estatista e burguesa,—salvo as circunstâncias independentes da vontade dos governos e das classes dominantes.

Os sindicalistas

portugueses e a guerra

Em telegrama de França, os diários disseram há dias que *La Bataille Syndicaliste* publicara uma carta em que os sindicalistas portugueses manifestavam o seu desejo de combater ao lado dos franceses o imperialismo germânico. O que no referido diário sindicalista, número de 6 do corrente, encontramos foi o seguinte:

Numa carta datada de Lisboa, 1.º de Outubro, os nossos camaradas sindicalistas portugueses dirigem-nos os seus sentimentos de simpatia por motivo da terrível prova que atravessamos.

«O povo português, diz-nos Manuel Ribeiro, secretário do jornal *Sindicalista*, é pela França, porque esta representa os principios democraticos, base de toda a evolução superior. O seu desejo, compartilhado pelas nossas organizações, seria ajudar efectivamente a vitória da liberdade sobre o despotismo.»

Este desejo parece que vai ser satisfeito, visto que, segundo certas noticias da imprensa, está em formação um corpo de exercito de 16.000 homens.

Após as declarações do nosso amigo De Ambris, é com satisfação que registamos esta nova prova de que a nossa attitude presente é conforme á tradição revolucionária internacional.

Esta nota é assinada por L. Jouhaux.

O povo português, com effeito, é pela França; mas os seus motivos não são, a nso ver, os que devem ser válidos para os revolucionários sociais. Levado pela imprensa republicana, o povo sente pela França simpatias étnicas, revolta-se contra as atrocidades e vandalismos germânicos (os únicos descritos), entusiasma-se pela defesa da «civilização franceza» e da «democracia». Ignorando os motivos reais da confgração, as responsabilidades que cabem a todos os imperialismos, militarismos e capitalismos, as ambições que de parte a parte procuram satisfação, o povo vê cándidamente nesta guerra uma luta épica e gloriosa da liberdade contra o despotismo, da civilização contra a barbaria. Ao passo que os revolucionários, forçados a escolher entre dois males, preferem o menor, preferem o esmagamento do imperialismo e do militarismo mais fortes e menos roídos de germes de dissolução: o imperialismo e militarismo germânicos.

O povo português faz votos pela vitória da França; ao passo que os revolucionários sociais — e a diferença é enorme—desejam pelo menos a derrota do Estado mais sórdido e militarizado, se não pider ser a derrota, o enfraquecimento simultâneo de todos os Estados, de todos os militarismos e imperialismos—alemão e francês, russo e austriaco, turco e balcânico.

E por isso os revolucionários devem empregar as suas forças o mais possível no sentido das suas aspirações, procurando não favorecer demasiadamente um inimigo para combater o outro. Não devem apoiar de antemão a sua acção própria, presente ou futura, deixando se absorver inteiramente. Não devem perder de vista os interesses superiores do proletariado e da humanidade. Devem organizar e robustecer as suas forças, até para o caso de se verificar a pior hipótese: a vitória do imperialismo teutónico. Não façamos demasiadamente depender do êxito militar e do resultado incerto e obscuro da guerra a sorte da liberdade e da emancipação proletária. Trabalhemos com ânimo e fé para todos os casos, felizes ou infelizes, que surgirem!

Quando ao desejo de que fala a nota acima traduzida, não nos parece que seja bem vivo, ao menos no sentido em que Jouhaux o toma, indicando a formação do corpo expedicionário. A União dos Sindicatos de Lisboa protestou contra a noticia dada pelos jornais.

E' demais, um corpo de exercito formado de soldados á fôça não é indício seguro de entusiasmo nem de desejo... Em todo caso, a revolucionários ficaria bem melhor reclamarem a formação de corpos voluntários.

Tudo isto não nos impede, é claro, de exprimir igualmente a nossa simpatia pelos revolucionários franceses, cuja attitude não discutimos, sobretudo neste momento, supondo a aliás determinada por circunstâncias especiais, que só elles são capazes e teem o direito de avaliar. Nestas columnas, temos-lhes feito a devida justiça.

Aos camaradas

Os camaradas que nos teem enviado listas de subscrição a favor de *A Aurora*, ficam por esta forma prevenidos de que não são publicadas esta semana, porque o camarada encarregado desse trabalho está para fóra do Porto. Serão publicadas provavelmente para a semana.

A LIBERDADE DE PENSAMENTO ATROPELADA

As tremebundas afirmativas com que os arautos do republicanismo triunfante pretendem vencer toda a gente de que, em Portugal, existe uma completa liberdade na expressão do pensamento, são desmentidas a toda a hora e a todo o instante. E' que as autoridades, dignas émulas dos governantes que as nomeiam, importam-se tanto com a constituição como nós nos importamos com a primeira camisa que vestimos. A lei são os seus desígnios, no interesse exclusivo da classe capitalista é na defesa dos tregeitos ambiciosos dos parasitas. De forma que aqueles que não seguem na esteira da razão estatal, aqueles que dizem ao povo a verdade nua e crua para elle conhecer a origem de toda a sua infelicidade e todo o seu mal estar, esses veem-se constantemente vexados, oprimidos, caluniados e perseguidos porque... porque a república tem uma constituição só no papel.

Os casos a atestar o que expomos são numerosos. Basta ver o que se tem feito aos trabalhadores, em Lisboa, em Coruche, em Setúbal, no Porto, em Évora, etc., encerrando-lhes arbitrariamente as associações, prendendo-os e tendo-os tempos infinitos nas cadeias, para nos certificarmos do quanto são mentirosas as palavras das faribundas defensoras do existente. A liberdade apenas é concedida aos que, no meio do seu cabotismo e da sua imbecilidade apertam as mãos aos opressores e aos tiranos e não trepidam em defender os seus actos vergonhosos. Esses sim; esses é que podem vociferar como possessos porque não fazem mal á *bellissima* organização actual, que deixa morrer á fome os que trabalham e consentem que rebentem de indigestão os que nada produzem... Compreendem?

Mas a juntar áqueles casos aí vai mais outro,

A convite dalguns trabalhadores de Viana do Castelo, foi no domingo aquella cidade o nosso camarada A. Quintanilha realizar uma conferencia, sobre a guerra. Como não se pudesse, a tempo, arranjar casa para tal fim, os ditos trabalhadores, usando duma garantia constitucional, resolveram effectua-la ao ar livre. E para convidar o povo, collocaram grandes cartazes nas paredes, além de usarem outros cartazes luminosos, que, pelas ruas, chamavam a attenção do povo.

A's 21 horas, achando-se no largo ao pé da Ponte grande número de populares, comentando todos a ordem arbitrária do administrador, que havia mandado apreender os cartazes e proibido a conferencia, e manifestando vontade que Quintanilha a realisasse não houve remédio senão aceder aos seus desejos.

Então, o nosso camarada, sobre a um banco e começa a falar. Entretanto surgem de todos os lados policiaes e guardas republicanos, que, quais feras desceidas ao povoado, distribuíam chufalhada a torço e a direito, no intuito de fazerem dispersar o povo, ao mesmo tempo que prendem o conferente.

Sempre protestando indignadamente, o povo reclamava em altos gritos a liberdade do preso. Chegado á esquadra, a policia á paisana lança os arpeus a mais tres nossos camaradas, Manuel Figueira Junior, Jerónimo Pinto Moreira e José Marques.

Consumára-se a infâmia e cumpri-se á risca a letra expressa... da arbitrariedade.

Que dirão agora a isto os senhores que tanto alardam liber-

dade? Então não se pode exprimir livremente o pensamento? Nem ao menos, para honra da firma, se pode dizer o que se sente?

Ah! o despotismo, o despotismo, é que é o pratinho do dia de todas essas criaturas que, á sombra de embustes e hipocrisias, erguem o pendão duma liberdade falsificada, duma liberdade... para uso interno.

...
A Voz do Faminto, nosso coléga de Viana do Castelo, publicou um suplemento, condenando a arbitrariedade. Dela destacamos o seguinte:

Os acontecimentos de domingo, 11 do corrente, necessitam duma explicação clara, que não deixe dúvidas no espirito de ninguém quanto ás nossas intenções nem quanto áquilo que pretendemos. E' preciso que o povo saiba porque é que as autoridades locais nos impediram violentamente de expormos a nossa maneira de pensar, atropelando assim o mais natural, o mais humano de todos os direitos—o direito de livre expressão do pensamento.

Neste momento, os governantes do país preparam contra o socego e a felicidade dos governados contra a própria vida dos trabalhadores, o mais nefando dos atentados! Prepara-se a mobilização do exercito português, afim de mandar para o campo da morte e do massacre quinze ou vinte mil companheiros nossos, na flor da idade, cheios de esperanças, de vida, de aspirações, quinze ou vinte mil infelizes que vão sacrificar tudo sem a minima esperança de melhorarem a sua miserável situação, sem um ideal sublime de justiça e de liberdade a inspirar-lhes a coragem necessária para a luctuosa luta.

Sínt! Desses desgraçados que por infelicidade tiveram de morrer para a guerra, a grande maioria será criada pela inexorável fôrça da morte; e os poucos que voltarem, ainda que cheguem victoriosos, terão apenas conseguido a invalides e a miséria para o resto da vida.

E quantas mães terão perdido os seus filhos! E quantas esposas nunca mais abraçarão os seus maridos! E quantas crianças ficarão sem pai, sem um amparo na vida.

Para se levar o povo a consentir em semelhantes sacrificios agitou-se o espantoso da aliança inglesa. Mas a própria aliança inglesa só exige o auxilio de Portugal no caso da Inglaterra ser invadida, o que agora se não dá. E ainda que fossem outras as bases da aliança, e ainda que a Inglaterra fosse invadida, não continuaríamos a pregar a desobediência a essa ignóbil ordem de mobilização que se prepara, porque entendemos que o povo não pode ser obrigado a cumprir um contrato que não fez, nem passou procuração a ninguém para o fazer em seu nome.

Pretendem envolver-nos numa luta em que nada temos a ganhar, para interesse exclusivo daquelles que nos governam e nos exploram.

Mas nós não nos resignamos. A nossa guerra é outra.

A nossa luta é contra os nossos inimigos, contra aquelles que vivem á custa do nosso trabalho, contra aquelles que nos impedem de reunirmos, de escrevermos livremente.

...
Trabalhadores de Viana! Era isto que nós queríamos dizer na noite de domingo, quando as autoridades locais nos meteram na prisão para que a nossa voz não fosse ouvida. Essas autoridades não só atentaram contra o direito de livre expressão do pensamento, mas também contra a própria Constituição que diz que «a expressão do pensamento é livre seja qual for a sua forma, sem dependência de cautela, censura ou autorização prévia e apenas o abuso d'este direito é punível».

A autoridade abusou, mas nada conseguiu porque a nossa voz passa através as grades da prisão.

A nossa voz, é a voz da Verdade e da Justiça; nada ha que a faça deter na sua marcha triunfal de incitamentos á revolta para o Bem, para a Felicidade.

E quando amanhã daqui sairmos, a nossa voz, temperada pelas agruras da prisão, será mais forte e mais energica para arrastar a maioria a esses politicos, a esses vendidos, que pretendem explorar ainda e sempre com a miséria dos que trabalham e sofrem.

Logo que daqui sairmos, nós vos prometemos, havemos de falar seja aonde for, havemos de expôr as nossas ideias, custe o que custar.

Cadeia civil de Viana, 12 de outubro de 1914.

A. Quintanilha, Manuel Figueira Junior, Jerónimo Pinto Moreira, José Marques.

...
O Centro Instrutivo de Propaganda Libertaria, reunido extraordinariamente, resolveu, entre ou-